

Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. – em recuperação judicial

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2020

ÍNDICE

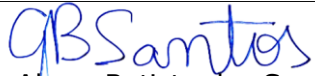
BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
1. INFORMAÇÕES GERAIS	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO	14
4. INVESTIMENTO	14
4.2. Informações contábeis da controlada.....	15
5. IMOBILIZADO	15
6. FORNECEDORES.....	17
7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	17
8. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS	18
9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
10. DESPESAS	19
11. RESULTADO FINANCEIRO.....	19
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19
13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO	20
14. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	21
15. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	22
16. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	22

CENTRAIS EÓLICAS BELA VISTA XIV S.A. E CONTROLADA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa		1	-	1	-	Fornecedores	6	542	676	538	665
Outros créditos		9	10	9	10	Tributos a recolher		20	4	10	-
		10	10	10	10	Partes relacionadas	7	84	-	84	-
Ativos classificados como mantidos para venda	14	604	-	-	-	Arrendamentos a pagar	5.1	-	135	-	-
						Outras contas a pagar		30	-	30	-
Total do ativo circulante		614	10	10	10			676	815	662	665
NÃO CIRCULANTE						Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	14	613	-	-	-
Partes relacionadas	7	-	-	683	401	Total do passivo circulante		1.289	815	662	665
Imobilizado	5	-	382	-	-	NÃO CIRCULANTE					
Total do ativo não circulante		-	382	683	401	Fornecedores	6	118	-	118	-
						Partes relacionadas	7	728	443	728	443
						Arrendamentos a pagar	5.1	-	256	-	-
						Provisão para perda sobre investimentos	4	-	-	706	425
						Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	8	200	199	200	199
						Total do passivo não circulante		1.046	898	1.752	1.067
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
						Capital social		244.293	244.293	244.293	244.293
						Recursos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
						Prejuízos acumulados		(246.014)	(245.614)	(246.014)	(245.614)
						Total do patrimônio líquido	9	(1.721)	(1.321)	(1.721)	(1.321)
TOTAL DO ATIVO		614	392	693	411	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		614	392	693	411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Gina Abreu Batista dos Santos
 Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
DESPESAS					
Gerais e administrativas		(192)	(393)	(128)	(160)
Amortizações	5	(138)	(128)	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	5	-	18	-	18
Total	10	<u>(330)</u>	<u>(503)</u>	<u>(128)</u>	<u>(142)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	4	-	-	(281)	(422)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(330)</u>	<u>(503)</u>	<u>(409)</u>	<u>(564)</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	11	(70)	(116)	9	(55)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(400)</u>	<u>(619)</u>	<u>(400)</u>	<u>(619)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	9.3			(0,002)	(0,002)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GB Santos
Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Consolidado		Controladora	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(400)	(619)	(400)	(619)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(400)</u>	<u>(619)</u>	<u>(400)</u>	<u>(619)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PATRIMONIO LÍQUIDO NEGATIVO)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido negativo controladora e consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		376.194	(244.995)	131.199
Redução de capital	9.2	(131.901)	-	(131.901)
Prejuízo do exercício		-	(619)	(619)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>244.293</u>	<u>(245.614)</u>	<u>(1.321)</u>
Prejuízo do exercício		-	(400)	(400)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	9	<u>244.293</u>	<u>(246.014)</u>	<u>(1.721)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(400)	(619)	(400)	(619)
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Amortizações	5	138	128	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	5	-	(18)	-	(18)
Resultado de equivalência patrimonial	4	-	-	281	422
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		31	199	31	199
Juros sobre fornecedores e impostos		(10)	(49)	(8)	(48)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Outros créditos		1	-	1	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		85	417	(1)	46
Tributos a recolher		16	(23)	10	(24)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(139)	35	(86)	(42)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Partes relacionadas		-	-	(282)	(401)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-	-	(282)	(401)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Partes relacionadas		369	443	369	443
Pagamento de passivo de arrendamento	5.1	(229)	(478)	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		140	(35)	369	443
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		1	-	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	-	1	-
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		1	-	1	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. – em recuperação judicial (“Bela Vista XIV” ou “Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de Caetité, Estado da Bahia, na Rua Barão de Caetité, 393, Centro, foi constituída em 19 de novembro de 2013, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social participar no capital social de outras sociedades que tenham por objeto a exploração direta e indireta em empreendimentos para geração e comercialização de energia.

A Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

1.1 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Inicialmente, a controladora Renova Energia apresentou um único plano consolidando todas as empresas recuperandas. No decorrer das negociações esse plano foi desmembrado em dois, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, e um segundo plano contemplando a Controladora e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, que inclui a Companhia, com o objetivo de buscar uma estrutura de recuperação que possibilite atender melhor aos interesses de credores e recuperandas.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo Renova protocolou novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizada nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação do pelo Juízo.

Para a recuperação da saúde financeira do Grupo Renova, os planos preveem:

- a) a captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A. Ação iniciada em 17 de dezembro de 2020 com a formalização da contratação do DIP pela parte relacionada Chipley SP Participações S.A. – em recuperação judicial (“Chipley”) e coobrigações da controladora Renova Energia e da parte relacionada Renova Participações S.A. - em recuperação judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., estruturada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda (“Quadra Capital”), no valor de R\$ 350.000, cujo recurso foi recebido em 05 de março de 2021 (nota 16.1);

- b) alienação de ativos para adequar a estrutura de capital do Grupo Renova. Os planos preveem a alienação de a) 51% das ações representativas do capital social da Brasil PCH detidas pela parte relacionada Chipley (“UPI Brasil PCH”), b) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada SF 120 Participações Societárias S.A. (“UPI Mina de Ouro”), c) 100% das ações representativas do capital social da parte relacionada Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“UPI Enerbras”), d) UPI AS III Fase B que engloba os projetos de geração de energia atualmente sob a titularidade das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase B (nota 16.2) e, e) outros projetos em desenvolvimento;
- c) negociação dos passivos para alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos; e
- d) conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A, gerando empregos, energia e assegurando a continuidade da Companhia.

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão centralizados na classe III e IV conforme apresentado a seguir:

Classes	Saldo aprovado no plano de recuperação judicial	Juros	Saldo em 31/12/2020
Classe III - credores quirografários	148	-	148
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	311	-	311
Total	459	-	459

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros.
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral	Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%	Ano 9	2,5%	5,0%
Ano 4	2,5%	2,5%	Ano 10	5,0%	5,0%
Ano 5	2,5%	2,5%	Ano 11	5,0%	5,0%
Ano 6	2,5%	2,5%	Ano 12	5,0%	5,0%
Ano 7	2,5%	2,5%	Ano 13	5,0%	5,0%
Ano 8	2,5%	2,5%	Ano 14	10,0%	12,5%

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberão o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação. O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

1.2 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$400 (2019, R\$619), possui prejuízos acumulados de R\$246.014 (2019, R\$245.614), passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$675 (2019, R\$805), e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$1.721 (2019, R\$1.321).

Este cenário reflete os efeitos do plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com plano i) em 05 de março de 2021 o Grupo Renova recebeu o montante de R\$362.465 referente ao empréstimo DIP assinado em 17 de dezembro de 2020 (Nota 16.1), ii) com recursos em caixa, o Grupo Renova deu andamento a contratação dos fornecedores para retomada da obra dos parques do Alto Sertão III – Fase A, iii) em 06 de abril de 2021, a controladora Renova Energia concluiu a venda das ações da UPI Fase B, no montante de R\$ 50.730, reforçando o caixa do Grupo para cumprimento do plano (Nota 16.2), iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.1 junto a potenciais interessados, e v) redução do passivo do Grupo Renova mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$332.416 (Nota 16.4).

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira do Grupo Renova, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

No início da pandemia houve impacto negativo em diversos setores da economia global, e consequentemente, a demanda por energia. Porém no último trimestre de 2020 houve uma retomada da economia e do consumo da energia. Em dezembro 2020, o Brasil registrou um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo mês de 2019.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de

prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e sua controlada.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2021.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou sua controlada forem partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e sua controlada.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e sua controlada gerenciam esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 6);
- Transações com partes relacionadas (nota 7).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e sua controlada revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e sua controlada calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.6. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

a) Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão listadas a seguir. A

Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Classificação do Passivo em Circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1).

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras da controlada Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. – em recuperação judicial (“Ventos de São Cristóvão”). A seguir a descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

4. INVESTIMENTO

A Companhia possui 99,99% de participação no capital social da Ventos de São Cristóvão, sociedade que tem como objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, e implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos eólicos, a qual foi adquirida em 8 de maio de 2015. A controlada encontra-se com suas atividades paralisadas, e suas principais informações encontram-se demonstradas a seguir:

Companhia	Patrimônio líquido negativo	
	31/12/2020	31/12/2019
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	<u>(706)</u>	<u>(425)</u>

4.1. Movimentação da provisão para perdas com investimentos:

	<u>Valor</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(3)
Equivalência patrimonial	<u>(422)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(425)
Equivalência patrimonial	<u>(281)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>(706)</u>

4.2. Informações contábeis da controlada

De acordo com o requerido no CPC 45, apresentamos as informações contábeis da Ventos de São Cristóvão:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Ativos classificados como mantidos para venda	604.092	-	Fornecedores	3.759	12.447
			Arrendamentos a pagar	-	134.583
			Tributos a recolher	10.269	4.431
NÃO CIRCULANTE				14.028	151.461
Imobilizado em curso	-	382.442	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	612.910	-
			Total do passivo circulante	626.938	151.461
			NÃO CIRCULANTE		
			Arrendamentos a pagar	-	255.444
			Partes relacionadas	683.098	400.960
			Total do passivo não circulante	683.098	656.404
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		
			Capital social	15.458.155	15.458.155
			Prejuízos acumulados	(16.164.099)	(15.883.578)
			Total do patrimônio líquido negativo	(705.944)	(425.423)
TOTAL DO ATIVO	604.092	382.442	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	604.092	382.442

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas gerais e administrativas	(63)	(234)
Despesas com amortização	(138)	(127)
Resultado financeiro	(80)	(61)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(281)	(422)

5. IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Saldos em 31/12/2018	Adições	Reclassificações entre rubricas ¹	Redução de Capital	Saldos em 31/12/2019	Adições	Transferência ativos mantidos para venda (nota 14)	Saldos em 31/12/2020
Imobilizado em curso								
A ratear	179.219	-	(18)	-	179.201	-	-	179.201
Terrenos	136	-	-	-	136	-	-	136
Equipamentos de subestação	135	-	-	-	135	-	-	135
Adiantamentos a fornecedores	131.901	-	-	(131.901)	-	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(179.490)	-	18	-	(179.472)	-	-	(179.472)
Total do imobilizado em curso	131.901	-	-	(131.901)	-	-	-	-
Direito de uso								
Contratos de arrendamento	-	510	-	-	510	360	(870)	-
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(128)	-	-	(128)	(138)	266	-
Total do direito de uso	-	382	-	-	382	222	(604)	-
Total do imobilizado	131.901	382	-	(131.901)	382	222	(604)	-

	Controladora			31/12/2019 e 31/12/2020
	31/12/2018	Reclassificações entre rubricas ¹	Redução de Capital	
Imobilizado em curso				
A ratear	163.975	(18)	-	163.957
Terrenos	136	-	-	136
Equipamentos de subestação	135	-	-	135
Adiantamentos a fornecedores	131.901	-	(131.901)	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(164.246)	18	-	(164.228)
Total do imobilizado	<u>131.901</u>	<u>-</u>	<u>(131.901)</u>	<u>-</u>

Nota1: efeito da conciliação de fornecedores no período e consequente ajuste na provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado.

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a gastos iniciais com obras civis, subestações e gastos diversos para desenvolvimento do projeto.

A Companhia e sua controlada mantem a provisão para perdas por redução ao valor recuperável anteriormente constituída, no montante de R\$179.472, consolidado (R\$164.246, controladora), considerando que não há expectativa de realização para o investimento realizado.

No exercício de 2020 não houve movimentação no imobilizado da Companhia, por esse motivo o saldo de 2020 é igual ao saldo de 2019.

5.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2020, a Controlada identificou 63 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2020</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	192
Direito de uso do ativo arrendado	870	(-) Juros a apropriar	<u>(77)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(266)</u>	Total do passivo circulante	115
	604	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	652
		(-) Juros a apropriar	<u>(154)</u>
		Total do passivo não circulante	498
Ativos classificados como mantidos para venda	(604)	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(613)
Ativo total	<u>-</u>	Passivo total	<u>-</u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da controladora Renova Energia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Despesa	
Amortização direito de uso	138
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>81</u>
Total	<u><u>219</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2021	77	192
2022	57	216
2023	36	203
2024	18	113
2025 a 2029	39	86
2030 a 2034	<u>4</u>	<u>34</u>
Total	<u><u>231</u></u>	<u><u>844</u></u>

6. FORNECEDORES

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores	231	676	227	665
Fornecedores recuperação judicial	<u>429</u>	<u>-</u>	<u>429</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>660</u></u>	<u><u>676</u></u>	<u><u>656</u></u>	<u><u>665</u></u>
Apresentados como:				
Circulante	542	676	538	665
Não circulante	<u>118</u>	<u>-</u>	<u>118</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>660</u></u>	<u><u>676</u></u>	<u><u>656</u></u>	<u><u>665</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.1, totaliza R\$429, sendo R\$118 - Classe III e R\$311 - Classe IV.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Ativo</u>		<u>Controladora</u>		<u>Resultado</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	
<u>Rateio de despesa^(a)</u>					
Renova Energia	-	-	84	-	(67)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital^(b)</u>					
Renova Energia	-	-	728	443	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis	683	401	-	-	-

- a) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.
- b) Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela controladora Renova Energia na Companhia e pela Companhia na sua controlada, cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora indireta Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (a) acima.

8. PROVISAO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia mantém provisão no montante de R\$200 (2019, R\$199) para riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais. O saldo da provisão foi ajustado, e reclassificado parcialmente para contas a pagar da Companhia, conforme plano de recuperação judicial.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$244.293 e está dividido em 244.293.570 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

9.2 Redução de capital

Em 21 de maio de 2019, foi aprovada a redução de capital da Companhia, por ser considerado excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A, dos atuais R\$376.194 para R\$244.293, sendo uma redução de R\$131.901, com o correspondente cancelamento de 131.900.818 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

9.3 Resultado por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição em ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(400)	(619)
<u>Prejuízo por ação básico e diluído:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>244.294</u>	<u>295.247</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(0,0016)</u>	<u>(0,0021)</u>

10. DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Gerais e administrativas</u>				
Pessoal e administradores	72	-	72	-
Serviços de terceiros ¹	4	(44)	4	(44)
Arrendamentos	-	194	-	-
Impostos e taxas	74	51	10	12
Outras	8	-	8	-
Contingências cíveis e trabalhistas (nota 8)	34	192	34	192
Total	192	393	128	160
<u>Amortizações (nota 5)</u>	138	128	-	-
<u>Reversão redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 5)</u>	-	(18)	-	(18)
Total	330	503	128	142

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reverteu provisões anteriormente constituídas considerando a não expectativa de desembolsos de caixa futuros para liquidação das mesmas.

11. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre fornecedores e impostos	-	(39)	-	(40)
Juros sobre obrigação de arrendamento (nota 5.1)	(81)	(60)	-	-
Despesas bancárias	(1)	-	(1)	-
Atualização monetária contencioso	2	(7)	2	(7)
	(80)	(106)	1	(47)
<u>Despesas financeiras PRJ</u>				
Juros sobre fornecedores e impostos ¹	10	(10)	8	(8)
Total do resultado financeiro	(70)	(116)	9	(55)

(1) De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos seus passivos provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Com a aprovação do plano de recuperação judicial esses valores foram revisados e atualizados conforme previsto no referido plano.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal do exercício	(129)	(21)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(75)	(54)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(204)	(75)

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	542	676	542	676
Partes relacionadas	84	-	84	-
Não circulantes				
Fornecedores	118	-	118	-
Partes relacionadas	728	443	728	443
	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2020	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2018
Ativos financeiros				
Não circulantes				
Partes relacionadas	683	401	683	401
Passivos financeiros				
Circulantes				
Fornecedores	538	665	538	665
Partes relacionadas	84	-	84	-
Não circulantes				
Fornecedores	118	-	118	-
Partes relacionadas	728	443	728	443

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Não circulantes						
Partes relacionadas	-	-	683	-	401	-
Passivos Financeiros						
Circulantes						
Fornecedores	542	676	-	538	-	665
Partes relacionadas	84	-		84	-	-
Não circulantes						
Fornecedores	118	-		118	-	-
Partes relacionadas	728	443		728	-	443

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e sua controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos de suas obrigações fazem parte das divulgações.

Em 18 de dezembro de 2020 o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota explicativa 1.1. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota explicativa, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

14. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Conforme mencionado na nota 1.1, os planos de recuperação judicial preveem a alienação de alguns projetos em desenvolvimento. Assim, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia classificou determinados ativos e passivos, como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/12/2020</u>
Direto de uso arrendamento	<u>604</u>
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>31/12/2020</u>
Arrendamentos a pagar	<u>613</u>

15. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso - Arrendamento	5	360	510	-	-
Outras contas a pagar x Contencioso		30	-	30	-
Estorno provisão imobilizado x fornecedor	5	-	(18)	-	(18)
Redução de capital com entrega do ativo imobilizado	5, 9.2	-	(131.901)	-	(131.901)

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

16.1 Recebimento do DIP

Conforme Fato Relevante divulgado pela controladora Renova Energia, em 05 de março de 2021, o Grupo Renova recebeu o montante de R\$ 362.465 proveniente do empréstimo DIP (Nota 1.1). O recebimento desse recurso permitirá a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

16.2 Leilão UPI Fase B

Conforme Fato Relevante, em 05 de abril de 2021 a controladora Renova Energia concluiu a venda da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e nos Planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeita a implementação das condições suspensivas usuais de mercado. A operação transferiu à sociedade Ventos Altos Energias Renováveis Ltda., subsidiária do PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, determinados ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B pelo valor de R\$ 50.730, após ajustes pré-fechamentos que reduziu a capacidade instalada dos ativos transferidos de 408MW para 355,2MW, em decorrência da não transferência de determinados direitos. As partes continuarão, durante os próximos 150 dias, a perseguir a transferência dos direitos remanescentes que podem incrementar a capacidade instalada dos ativos e consequentemente maximizar o valor da operação.

16.3 Pagamento de credores

Em 14 de abril de 2021, a Companhia realizou os pagamentos iniciais aos credores das Classes III e IV, de acordo com seu Plano de Recuperação Judicial aprovado no dia 18 de dezembro de 2020, perante o juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, sob o número 1103257- 54.2019.8.26.0100.

16.4 Cessão de crédito - Aumento de capital da controladora Renova Energia

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de março de 2021, no valor de R\$334.397, representado por 58.422.742 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 19.502.468 ações ordinárias e 38.920.274 ações preferenciais.

Todos os créditos dos credores que se manifestaram durante a "1ª Janela do Pedido de Conversão", que inclui credores da Companhia, foram capitalizados no aumento de capital, conforme solicitado pelos credores. Em razão da capitalização desses créditos, a dívida concursal do Grupo Renova foi reduzida em 12,6%, dando prosseguimento à consecução dos meios da recuperação judicial da Companhia.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA
